

PODER REGULAMENTAR

Para Hely Lopes Meirelles, poder regulamentar é: [...] a faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) de explicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.

1 - Decretos de execução ou regulamentares

Art. 84,CF. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

LEI Nº 14.751, DE 28 DE MAIO DE 2008

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE RESTRIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS, DO TIPO CAMINHÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

Art. 1º Fica implantado, em caráter experimental, o Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores Pesados, do tipo caminhão, no Município de São Paulo.

(...)

9º O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua publicação.

DECRETO Nº 58.584, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018

Fica regulamentado e denominado Rodízio Municipal o programa objeto das Leis nº 12.490, de 3 de outubro de 1997, e nº 14.751, de 28 de maio de 2008, que consiste na proibição da circulação de veículos automotores, inclusive caminhões, nas vias públicas do Município de São Paulo, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, nos períodos compreendidos entre 7h00 (sete horas) e 10h00 (dez horas) e entre 17h00 (dezesete horas) e 20h00 (vinte horas), com base no dígito final da placa do veículo, independentemente de sua localidade de licenciamento, na seguinte conformidade:

- I - Segundas-feiras: dígitos finais 1 e 2;
- II - Terças-feiras: dígitos finais 3 e 4;
- III - Quartas-feiras: dígitos finais 5 e 6;
- IV - Quintas-feiras: dígitos finais 7 e 8;
- V - Sextas-feiras: dígitos finais 9 e 0.

(CESPE 2022/PC-RO/AGENTE DE POLÍCIA) O ato por meio do qual o presidente da República expede normas administrativas necessárias à execução da lei é denominado

- a) decreto.
- b) regulamento.
- c) instrução normativa.
- d) portaria.
- e) resolução.

Gabarito: a

Com relação aos poderes administrativos, julgue o item.

(QUADRIX 2022/CREMERN/CONTROLE INTERNO) O poder regulamentar concede ao chefe do Poder Executivo a faculdade de criar direitos para os administrados, mediante decreto executivo, não previstos em lei.

Gabarito: errado

Art. 49, CF. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

2 - Decretos autônomos

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

- a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
- b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

IMPORTANTE - consta no parágrafo único do art. 84 da CF que o Presidente da República poderá delegar a competência de editar decreto autônomo aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Obs: Poder Normativo

Normalmente, fala-se em poder regulamentar; preferimos falar em poder normativo, já que aquele não esgota toda a competência normativa da Administração Pública; é apenas uma de suas formas de expressão, coexistindo com outras [...]. Os atos pelos quais a Administração exerce o seu poder normativo têm em comum com a lei o fato de emanarem normas, ou seja, atos com efeitos gerais e abstratos. (DI PIETRO)

(FCC 2022/TRT 9ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO) O Poder Executivo Federal editou um decreto, contendo as seguintes prescrições:

- I. Fica criado o Ministério da Juventude, dedicado a elaborar e implementar políticas públicas destinadas à população jovem do país.
- II. Ficam extintos os cargos vagos existentes na autarquia X, na data de entrada em vigor deste decreto.
- III. Deve ser priorizado, pelos órgãos competentes, o trâmite necessário ao desembaraço alfandegário de medicamentos importados destinados ao combate de doenças declaradas como causa de emergência sanitária pelo Ministério da Saúde.

Do ponto de vista dos limites constitucionais de exercício do poder regulamentar, é válido o que se prescreve APENAS em

a) I e III.

a) II.

c) I.

d) I e II.

e) II e III.

Gabarito: e

A respeito dos agentes públicos, do regime jurídico único dos servidores públicos federais, dos poderes administrativos e do ato administrativo, julgue o item seguinte.

(CESPE 2022/INSS/TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) Por meio do poder regulamentar, cabe à administração pública criar mecanismos de complementação das leis, a fim de possibilitar a sua efetiva aplicabilidade.

Gabarito: certo

(INSTITUTO CONSULPLAN 2022/PGE-SC/TÉCNICO EM INFORMÁTICA) Antônio, Presidente da República, editou um decreto para extinguir o cargo de auxiliar de laboratório dos quadros do Ministério da Saúde, pois não haviam mais servidores nomeados para ocupar esse cargo. Ao editar tal decreto extinguindo cargo público, o Presidente da República agiu no uso do poder:

- a) De polícia.
- b) Disciplinar.
- c) Legislativo.
- d) Discricionário.
- e) Regulamentar.

Gabarito: e

(IDECAN 2022/UFBA/ADMINISTRAÇÃO) O chamado poder regulamentar é inerente à Administração Pública, sendo imprescindível para criar, de forma autônoma ao Poder Legislativo, direitos e obrigações aos administrados.

Gabarito: errado